

## **O Mundo em Português N°3**

Dezembro 1999

### **O Peso da Reunificação**

Anne-Marie Le Gloannec

O peso, presente e futuro, do Bundesrat torna mais difícil do que anteriormente a obtenção de compromissos. O muro caiu e é hoje mais difícil governar a Alemanha. Paradoxalmente, com a reunificação, o país perdeu uma parte da sua coesão.

A reunificação pesa sobre a Alemanha. Não se trata apenas do “muro nas cabeças” que se reconstruiu insidiosamente nos 10 anos de um quotidiano leste-alemão por vezes difícil, de esperanças não realizadas e de frustrações alimentadas por uma atitude frequentemente arrogante, em qualquer caso indiferente, de muitos alemães ocidentais.

Não se trata, tão-pouco, dos custos que sobrecarregam as finanças públicas, aumentando a dívida e obrigando a coligação vermelha-verde a fazer economias, suportadas pela opinião pública. A reunificação pesa sobre a Alemanha porque esta tornou-se mais dificilmente governável do que no passado.

O milagre alemão consistiu, de 1949 a 1989, num funcionamento relativamente harmonioso das instituições, fundado numa partilha de poder entre grandes partidos populares, sociais-democratas e democratas-cristãos, entre os quais o Partido Liberal jogava por vezes o papel de árbitro (quando era necessário formar um novo Governo) ou de intermediário (quando se tratava de conseguir um compromisso entre maiorias diferentes no Bundestag e no Bundesrat). Estes compromissos ou estes consensos enraizavam-se numa relativa coesão: a de uma federação homogénea, tanto no plano étnico (ao contrário da Suíça, da Bélgica ou da Checoslováquia) como no plano económico e social (nomeadamente através das instituições, porque a Constituição obriga qualquer governo a oferecer condições de vida semelhantes a todos os cidadãos, e um mecanismo de repartição igual dos impostos diminui as discrepâncias regionais).

A Alemanha reunificada perdeu uma parte da sua coesão — apesar do alargamento da rede de protecção social aos novos lander. Imediatamente, e como noutras federações, algumas das quais desapareceram, os lander mais ricos querem limitar as contribuições que dão aos mais pobres. Baden-Wurtemberg e a Baviera, apoiados pelo Hesse, apresentaram uma queixa ao tribunal constitucional, alegando que o sistema de repartição dos impostos em vigor não incentiva os lander menos dotados a encontrar os remédios adequados.

Paralelamente, um número maior de lander não assegura necessariamente um melhor funcionamento da aliança entre a maioria parlamentar e governamental e a maioria no Bundesrat. Os lander inclinam-se a votar não necessariamente por um Governo da mesma cor que eles: antes das eleições em Brandeburgo, no Outono, o ministro presidente tinha criticado uma política económica que, do seu ponto de vista, não respeitava as exigências do seu land.

Por fim, com a chegada de 17 milhões de novos cidadãos, a paisagem política diversificou-se. É verdade que os Verdes entraram no Parlamento no início dos anos

80. Com o sucesso dos antigos comunistas do PDS e o enfraquecimento duradouro dos liberais, que perdem o seu papel indispensável de árbitro e de intermediário, as combinações políticas multiplicam-se nas províncias, onde o poder pertence a alianças inéditas (SPD e PDS) ou mais clássicas (grande coligação, etc.), sem excluir possíveis arranjos futuros entre Verdes e democratas-cristãos.

As diversas combinações têm a sua importância ao nível federal, porque o Bundesrat deve decidir sobre tudo o que afecta os lander. Na ausência de uma divisão "vertical" das tarefas como existe nos Estados Unidos da América, federação e Estados federados partilham competências conjuntas, cujo número tem vindo a aumentar desde os anos 70 (nomeadamente porque a natureza dos projectos e o seu financiamento necessitam da intervenção do Bund).

Com a multiplicação dos parceiros de coligação representados no Bundesrat, os compromissos entre o Bundesrat e o Bundestag são mais difíceis do que no tempo em que o pequeno Partido Liberal se empenhava em conseguir um acordo entre os dois grandes partidos populares. Tradicionalmente, os Governos da República Federal são não apenas Governos de coligação, aliando dois partidos no Bundestag e no Executivo, mas também governos de "grande coligação", aliando maiorias diferentes no Bundestag e no Bundesrat. O peso, presente e futuro, do Bundesrat torna mais difícil do que anteriormente a obtenção de compromissos, numa altura em que reformas importantes, em particular a das pensões e a da protecção social, devem avançar.